Aplicação da lei: responsabilidade penal das empresas, acordos de suspensão do processo e cooperação transfronteiriça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Em 24 de abril de 2026, a General Division da High Court de Singapura declarou que um acordo de suspensão do processo (deferred prosecution agreement) entre o Public Prosecutor e a Seatrium Limited, a antiga Sembcorp Marine, atendia ao interesse da justiça e que os seus termos eram justos, razoáveis e proporcionais.[1] A declaração concluiu um procedimento que o Parlamento havia criado oito anos antes e que nunca fora utilizado. Encerrou também, para a empresa, ainda que não para todas as pessoas físicas envolvidas, um dos capítulos mais longos das investigações brasileiras da *Lava Jato* a chegar a Singapura. O caso reúne num único processo os três elementos deste capítulo: uma empresa responsabilizada por crimes cometidos pelas suas pessoas, um desfecho negociado sob a supervisão de um tribunal e uma solução que teve de se articular com processos em outro país.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Este capítulo examina como Singapura aplica o direito penal às empresas e como coopera com autoridades estrangeiras quando a conduta, as provas ou o dinheiro se encontram no exterior. Começa pelos princípios da responsabilidade penal das empresas, passa aos acordos de suspensão do processo e, em seguida, ao auxílio jurídico mútuo e à extradição. Prossegue com o confisco e a restituição do produto do crime e termina com os problemas dos processos paralelos em várias jurisdições. O quadro de combate à lavagem de dinheiro propriamente dito é objeto do capítulo III desta parte, ao passo que os abalos de integridade do 1MDB e o caso de lavagem de dinheiro de 2023 são descritos no capítulo VI da parte E. O presente capítulo recorre a esses casos apenas quando ilustram os instrumentos de aplicação da lei.

O volume sobre Genebra dedica o capítulo correspondente à responsabilidade penal das empresas nos termos do artigo 102 do Código Penal suíço e às condenações da Gunvor, da Glencore e da Trafigura.[2] As duas praças financeiras enfrentam a mesma questão estrutural. Ambas acolhem trading companies, bancos e gestores de ativos cujos negócios se realizam sobretudo no exterior, de modo que grande parte das condutas ilícitas de que se ocupam os seus órgãos de acusação ocorre em outros países. As respostas diferem de maneira instrutiva. A Suíça recorre a uma forma legal específica de responsabilidade das empresas, pune-as por meio de decretos penais sumários e até agora recusou-se a introduzir a suspensão do processo. Singapura trata a empresa como uma pessoa no seu direito penal geral, atribui-lhe os atos de pessoas físicas por meio de regras da common law e adotou um regime de acordos de suspensão do processo inspirado no inglês.

O essencial

O direito de Singapura trata as empresas como “pessoas” capazes de cometer quase qualquer infração e atribui-lhes os atos e o conhecimento de pessoas físicas segundo as regras de imputação da common law e disposições legais específicas, como a seção 73 do Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act. As multas máximas aplicáveis na condenação de uma empresa são muitas vezes modestas, como S$ 100.000 por acusação de corrupção, razão pela qual os acordos negociados envolvem montantes muito maiores. O Criminal Justice Reform Act 2018 introduziu acordos de suspensão do processo para empresas e

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

outras organizações, que exigem a aprovação da High Court e são publicados na Government Gazette. O primeiro desses acordos, com a Seatrium em 2025, impôs uma penalidade de US$ 110 milhões, dos quais US$ 53 milhões podiam ser compensados com pagamentos ao Brasil. A cooperação internacional assenta no Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000, no Extradition Act 1968 e nas disposições sobre confisco da lei de 1992, ao passo que a aplicação da lei no exterior no caso Keppel, de 2017, mostrou como as soluções são repartidas entre os Estados Unidos, o Brasil e Singapura.

Notas

1. Republic of Singapore Government Gazette, Notice No. 2439 de 30 de abril de 2026, "Criminal Procedure Code 2010: Declaration relating to Deferred Prosecution Agreement", par. 1: declaração da General Division da High Court de 24 de abril de 2026 com base na seção 149F do Criminal Procedure Code 2010 relativa ao DPA de 30 de julho de 2025 entre o Public Prosecutor e a Seatrium Limited (formerly Sembcorp Marine Ltd). ↩
2. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre V, « La responsabilité pénale des entreprises : Gunvor, Glencore, Trafigura ». ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.